

ANARQUISMO: FALA OU ALGARAVIA?

Helena Isabel Mueller¹

Paris 1789. As ruas estão tomadas por uma multidão barulhenta. Sua fala soa como um ruído ininteligível; a quantidade de gente deixa a todos diante de um fato novo. O espaço das cidades passara a ser o palco de acontecimentos que antes estavam espalhados pelos campos, pelos arredores e não no epicentro do poder. Era mais fácil, para este, não vê-los, não ouvi-los. Essa multidão de maltrapilhos, de famintos, de sujos, essa multidão que parece falar mas que, para as elites, produz uma cacofonia de sons, ruídos sem sentido, o que é que ela poderia querer?

As elites parisienses, as elites do poder - aquelas que falam, são ouvidas e são entendidas - estão perplexos. Que é que está acontecendo? O que é que essas pessoas, que tanto barulho fazem, o que é que essas pessoas querem? Se elas têm fome, se não têm pão, dêem-lhes bolo!

A algaravia, no entanto, persiste. E mais, é acompanhada de atos; as pessoas que falam não se deixam ocultar, demandam sua visibilidade e audição e, principalmente, o entendimento. Demandam uma igualdade de fato, demandam sua parte na distribuição do todo, querem a reparação de um dano que é intrínseco à sociedade em que vivem – o desentendimento na hora da repartição.

A Revolução Francesa virá, de certa forma, ordenar esse caos, reordenando a sociedade, atribuindo a cada um seu papel. Uma ordem falsa, no entanto, pois que se propõe a manter silenciosa essa multidão, deixando o conflito latente, mas não morto. A reordenação, que define os novos papéis coletivos, implica na manutenção de uma parcela daqueles que falam sem som, ou cujo som permaneça inaudível, ininteligível, um ruído ao qual a nova ordem tenderá a se acostumar, disciplinando-o, colocando-o em “seu devido lugar”. No entanto, por entre as fissuras dos subterrâneos sociais, onde os *enragés* - aqueles enraivecidos - da revolução estão, novas vozes surgem, de início sussurrantes, crescendo seu ruído aos poucos, até que se torne

claro e audível, demandando seus espaços, impondo sua palavra. A recusa de sua escuta/compreensão, no entanto, persiste.

Está em jogo uma nova questão: a igualdade entre os seres falantes, que é formal e se expressa nas regras sociais definidas pela Revolução. Ela está sempre sendo revista, posta em ação pelo conflito entre igualdade e desigualdade dos parceiros do conflito, enquanto seres falantes.

Esse conflito entre seres falantes, essa tensão entre iguais, cuja formulação peço emprestada de Jacques Rancièreⁱⁱ, em seu livro *O desentendimento*, se origina da tensão que surge quando há um pressuposto de igualdade entre as partes de uma sociedade, uma igualdade que é formal e na qual é dado o desentendimento, pois, por definição, se todos são iguais deveriam participar igualmente na divisão das partes do todo de uma sociedade. No entanto aqueles que têm o poder de distribuir essas partes resistem a essa noção igualitária. O desentendimento se instala e da tensão desse conflito entre os supostamente iguais surge a política: a luta pelo direito de participar, em condição de igualdade, das partes do todo social. Nesse diálogo, que dentro da lógica da reflexão que venho fazendo, é um diálogo de surdos, a igualdade é recolocada por um rearranjo entre as partes que traz à cena a determinação do esquecimento de desigualdades, o que é impossível de acontecer – há igualdade, porém não há reconhecimento. Se anteriormente poder-se-ia dizer que aqueles que não eram reconhecidos não falavam – os gregos e romanos diziam que os escravos e mesmo os plebeus não eram seres falantes – na sociedade moderna não se pode dizer o mesmo: os proletários, aqueles que trabalham, são reconhecidos como seres falantes porém, por uma falha no entendimento, sua fala é incompreensível. Não porque não haja entendimento das palavras; estas pertencem aos códigos da linguagem falada. É *o que e desde onde* eles falam que é incompreensível enquanto questão coletiva, enquanto questão pública. Como é que o salário - a parcela recebida em troca de seu trabalho, a qualidade de vida - o cotidiano vivido por aqueles que trabalham - poderia expressar um interesse coletivo, uma questão da comunidade,

tornar-se objeto de uma discussão pública? Aquilo que está escrito – a carta dos direitos do cidadão - expressa a “igualdade dos homens e dos cidadãos” perante a lei e define uma esfera de comunidade e de publicidade que inclui os assuntos do trabalho e determina que o espaço de seu exercício dependeria da sua discussão pública entre sujeitos específicos, *individual e não coletivamente*. Assim é que ela é entendida.

A configuração desta cena implica em que haja uma espécie de simulacro, de fazer de conta. O sujeito trabalhador que dela participa deve agir como se a cena existisse, como se existisse um mundo comum de argumentação, o que é ao mesmo tempo claro e contraditório já que esse mundo não existe. As greves e outras manifestações do mundo do trabalho desse período exasperam essa contradição, pois mostram que é enquanto seres falantes e racionais que eles agem. O ato de pararem juntos de trabalhar não é um ruído, uma reação violenta a uma situação penosa: expressa um *logos* – uma racionalidade própria, que constitui uma demonstração de seu direito, uma manifestação do justo que pode - ou que deveria - ser compreendida pela outra parte. A estruturação discursiva de seus manifestos ou panfletos diz: aqui estão nossos argumentos – vocês podem reconhecê-los. Mas esse reconhecimento não ocorre pois o que ele pressupõe não é reconhecido. Ou seja, que exista um mundo em comum, na forma de espaço *público*, no qual os dois grupos de seres falantes – chefes e trabalhadores – trocariam seus argumentos, o que não existe pois o mundo do trabalho é, pressupostamente, um universo *privado* no qual as situações são postas a indivíduos, os quais as aceitam ou rejeitam. Esses indivíduos não devem, não podem, se constituir em uma comunidade sob o risco de desequilibrar a ordem aparente; daí o simulacro.

Quem são essas pessoas que teimam em desordenar o ordenado, evidenciar uma desigualdade dentro de uma propalada igualdade, desobedecer à ordem simbólica teimando em se constituir em uma comunidade e exigir que a lógica de sua fala seja entendida? E mais, o que querem eles? Sabemos quem eles são. Poderíamos colocá-los dentro de uma definição amplíssima de *povo* – o *demos* – que, sendo correta, não dá conta do que queremos expressar.

Prefiro, no entanto, pensar a noção de *mundo do trabalho* para que possamos nos mover nos limites do que vinha falando anteriormente. O mundo do trabalho, enquanto referencial, incorpora uma noção de classe dentro de parâmetros mais amplos do que aqueles utilizados por Marx sem, no entanto, descartar a noção de luta de classes que creio ser fundamental para compreender certas tensões sociais. Proponho aqui, então, uma noção que incorpore todos aqueles que trabalham, para si ou para outros, no campo ou na cidade, artesão ou trabalhador qualificado, industrial urbano. Todos estes deveriam, na lógica instituída, se limitar a trabalhar, a exercer as funções técnicas para as quais existem, individualmente, isoladamente, sem uma articulação que expresse sua condição de ser coletivo, de ser social, principalmente sem fazer acontecer sua fala política evidenciando o erro de contagem na distribuição das partes de uma sociedade. Sem trazer à tona o dissenso onde era pressuposto existir o consenso. É dessa forma que podemos entender o desentendimento que falava acima. A cacofonia de sons não se refere à palavra propriamente dita, à língua ou à linguagem, mas sim de onde ela vem, à localização social daqueles que falam. “As estruturas de desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto.” É esse universo do desentendimento que constitui a racionalidade estrutural da política.

A partir do acima colocado poder-se-ia pensar sobre o que as pessoas que constituem essas comunidades falantes, ruidosas e teimosas, querem dizer, quais seus desejos, o que elas demandam. Para isso, eu gostaria de entrar em um universo desejante, chamado utopia, e de sua tensão com os movimentos sociais, às vezes deles se aproximando, às vezes deles se distanciando. Utopia aqui pensada como uma expressão elaborada da alteridade, a possibilidade de sair de duas ilusões inversas, quais sejam: a de acreditar que o lugar no qual estamos é o único lugar possível e a de crer que um lugar ilusório exista na realidade. Utopia seria, por outro lado, uma ruptura com a história dada pela impossibilidade da espera, meio de expressão de um imaginário coletivo. Poderia-se, também dizer que ela seja todo o mal e todo

o bem imaginável. Assim chegamos ao ato de imaginar, ir além da imagem, do ícone, da representação suposta de um objeto real. Deslocar essa imagem destinada a reproduzir os objetos existentes a ponto de fazê-la reivindicar, no imaginário, os traços de uma outra realidade, de outros objetos, que ainda não são - no sentido de existir - ou mesmo que jamais serão. Dentro das e pelas utopias os sonhos sociais, individuais e coletivos adquirem consistência, se organizam em conjuntos coerentes de idéias-imagens de uma sociedade outra, em oposição e em ruptura com a ordem dominante. O senso comum atribui à utopia a noção de algo que jamais irá se concretizar, e Marx e Engels reforçaram essa noção ao caracterizar os projetos de sociedades outras, anteriores a sua proposta, de socialismo utópico, em oposição à sua análise científica do desenvolvimento da sociedade e a proposta dela decorrente.

No entanto, será que seriam possíveis novos projetos, será que haveria movimento na direção da ação coletiva na luta pela construção do novo – a revolução - se não houvesse, nas pessoas e nas sociedades, um movimento na direção da utopia? Será que teria existido uma revolução “bem sucedida”, que tenha se concretizado na longa duração, dentro dos moldes eminentemente científicos? Será que a noção de sucesso/fracasso é a que melhor dá conta da explicação dos caminhos tomados por um processo revolucionário? Um momento revolucionário, aquele no qual a ação coletiva do desejo explode, aquele que expressa um tempo no qual a linha divisória entre o possível e o impossível se dilui e a utopia invade o cotidiano social enquanto imaginário utópico, que se torna, assim, imaginário coletivo. Essa tensão entre utopia e revolução – ou movimento social, ação coletiva – é que dá riqueza aos projetos, aos sonhos, aos desejos coletivos que, a meu ver, mais que a luta de classes, impulsionam a história.

Voltando à data símbolo de 1789, vemos que o ímpeto revolucionário não tem uma grande duração, perdendo sua vitalidade à medida que se institucionaliza, construindo, assim, uma nova topia. Insurreições acontecem por toda a Europa no século seguinte, colocando à mostra a ebulição de desejos, as articulações para construir o novo, alguma coisa que venha a se

parecer com o novo de seu imaginário. Os *enragés* a que me referi acima mantém viva a chama da utopia, não aceitando a nova topia. Os socialismos começam a ser pensador nessa raiva social e a partir das experiências vividas pelas pessoas do mundo do trabalho. As manifestações daqueles cuja palavra não é entendida, porque têm uma lógica que não pode – e não deve - ser compreendida, continuam ruidosas e perturbadoras. Ao mesmo tempo é preciso negar a existência dessa algaravia, transformando-a em uma não-fala, desprovida de sentido pois sua origem não existe; não existe o *lócus* desde onde as pessoas falam; a suposta harmonia social é, na realidade e segundo o poder instituído, desarmonizada por elas.

Existem sistemáticas tentativas de disciplinarizar esse movimento que cresce e se estrutura no período da fundação da 1ª Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em 1864. De um lado o mundo do trabalho expõe a desigualdade, reivindicando sua parte no todo social; do outro aqueles que propõem a harmonia entre capital e trabalho partindo do pressuposto de que exista uma igualdade cuja desigualdade aparente só precisa ser ajustada. Propõem o consenso, negando o dissenso. Socialistas, aí incorporados os anarquistas, os socialistas, os mutualistas e os que mais tarde serão chamados de marxistas, trazem à tona a diferença, o conflito, a desigualdade; o mundo do trabalho não aceita a homogeneidade proposta. A fundação da AIT sistematiza a fala dos trabalhadores, exigindo da sociedade seu reconhecimento, seu entendimento. O *lócus* de sua fala é por ela imposto; sua aceitação – sua visibilidade, sua escuta - dependerá de sua força, da permanência de sua fala.

Anarquistas e os futuros marxistas expressam esse conflito dentro da AIT. Anarquistas desejando uma sociedade nova, exercendo sua função utópica em sua radicalidade. E por nova aqui podemos entender aquele que rompe com uma das questões mais básicas do mundo vivido, qual seja a noção de poder. Poder e não Estado como é comumente falado. Os textos anarquistas e de anarquistas remetem a formas de poder as mais cotidianas e que normalmente não consideramos como passíveis de serem questionadas, a não ser em nível individual, como o poder da família. Recusam, portanto, as formas de luta pelo poder, mesmo

se que parta do princípio de uma tomada do poder por aqueles que não têm voz e que, em tese, iriam destruí-lo por serem a última classe na longa

Nos anos da Primeira República os imigrantes trouxeram consigo a memória de seu cotidiano, da experiência vivida nas lutas sociais de seus países de origem. Italianos, espanhóis, alemães, entre tantos, encontram no Brasil a mesma realidade de exclusão e diferenciação social que na Europa. Portanto põem em prática as mesmas formas de luta que tinham lá. Idéias importadas? Assim diz o governo. Porém, se encontram aqui a mesma realidade que em sua origem, deixam de ser “importadas” para penetrar na realidade brasileira e passar a expressar as convicções e os desejos de parcela da sociedade. É assim que o ideário anarquista passa a ser apropriado pelo mundo do trabalho no Brasil, até que a vitória da Revolução Bolchevique introduza a noção de um partido que venha a agir por e pelos trabalhadores, com a fundação do Partido Comunista em 1922. A noção de representação – no sentido de delegação – seduz o movimento social, além do fato de que a vitória do proletariado na Rússia faz com que, no imaginário coletivo, se pense a possibilidade de sua vitória internacional. A autonomia, proposta pelos anarquistas, exige um exercício constante, que é contrária à lógica social que é a da heteronomia; ela requer o esforço e a construção de resistências e experiências que venham efetivar sua prática. É muito difícil que a delegação, ou seja, a idéia de que alguém por um motivo qualquer, poderá vir a representar a mim ou minha coletividade, defendendo meus interesses e falando em meu nome produzindo mais entendimento, mais escuta.

Anarquistas e comunistas passam a disputar a hegemonia no movimento operário, praticamente de sindicato em sindicato. O jornal A NAÇÃO, em suas páginas cedidas ao Partido Comunista, narra o passo a passo da conquista, celebrando cada sindicato que se filia a ele como uma batalha vencida em uma guerra. Temos que ter em mente que a maioria dos sindicatos era anarquista e a disputa é quase que individual, de pessoa a pessoa. Astogildo Ribeiro, do lado dos comunistas, e Edgard Leuenroth, do lado dos anarquistas, utilizam os

espaços dos respectivos jornais – A PLEBE do lado dos anarquistas - trocando farpas entre si. Vale lembrar que os dois tiveram um longo período de militância, lado a lado, no movimento anarquista e que, portanto, se conheciam razoavelmente bem. Assim, a agressividade entre eles nem sempre se restringia às questões políticas.

No entanto, a desqualificação do discurso anarquista é radical. Incomoda à sociedade instituída por ser um porta-voz do mundo do trabalho e, para além, que propõe questões mais radicais que ela prefere não sejam denunciadas. Incomoda aos comunistas que têm um projeto de articulação da conquista do poder, além da sobrevivência do seu partido. A academia, ou melhor, o discurso científico, irá dar preferência ao estudo da trajetória dos comunistas, aceitando, por diversas razões, a derrota dos anarquistas, não por acaso imediatamente após a fundação do Partido Comunista no Brasil. A algaravia incomoda; nem sempre pode ser compreendida na medida em que não se expressa enquanto fala articulada respondendo aos desejos, às expectativas de quem a escuta. Não é ouvida, não pode ser entendida sob a pena de fazer brotar a desigualdade nas entranhas da igualdade como simulacro.

NOTAS

ⁱ Professora aposentada da Universidade Federal Fluminense

ⁱⁱ RANCIÈRE, Jacques O desentendimento- política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.